

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>7</b>
---------------------------	----------

## **INTRODUÇÃO**

<b>Capítulo 1. O exercício da tributação como meio de financiamento do Estado e a formação do direito tributário como disciplina autônoma .....</b>	<b>22</b>
1. Notas introdutórias: tributação e o financiamento estatal .....	23
2. Apanhado histórico: a formação do direito tributário como prática autônoma .....	33
3. A codificação do direito tributário .....	48
4. O direito tributário na Constituição da República de 1988 .....	53
5. Notas finais: análise da tributação a partir das competências tributárias .....	54

## **PARTE I**

### **O DIREITO TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO**

<b>Capítulo 2. Princípios que regem o direito tributário: certeza e justiça na tributação.....</b>	<b>58</b>
1. Princípios constitucionais tributários na reforma tributária .....	63
1.1. Simplicidade, transparência e justiça tributária: explicitação de normas constitucionais já postas .....	65
1.2. Proteção ao meio ambiente e princípio da cooperação: novos paradigmas de política tributária .....	66
2. Princípios constitucionais tributários e a segurança jurídica na tributação: legalidade, anterioridade e irretroatividade .....	68
2.1. Princípio da legalidade no direito tributário .....	68
2.1.1. Criação e modificação de tributos: instrumento legislativo adequado .....	73

2.1.1.1. Criação e modificação de tributos via lei ordinária .....	74
2.1.1.2. Criação e modificação de tributos via lei complementar .....	78
2.1.2. Elementos do tributo e a exigência de lei .....	83
2.1.3. Alteração de alíquotas via Decreto: exceção à legalidade? .....	88
2.2. Princípio da anterioridade tributária .....	90
2.2.1. Exceções ao princípio da anterioridade: artigo 150, parágrafo 1º, da Constituição .....	93
2.2.1.1. Exceções absolutas ao princípio da anterioridade (artigo 150, inciso III, alíneas b e c) .....	94
2.2.1.2. Exceções à anterioridade do exercício seguinte (artigo 150, inciso III, alínea b) .....	94
2.2.1.3. Exceções à anterioridade de 90 dias (artigo 150, inciso III, alínea c) .....	95
2.2.2. Anterioridade na criação ou majoração de tributos por meio de medidas provisórias .....	96
2.2.3. Anterioridade e a revogação de isenções .....	98
2.3. Princípio da Irretroatividade .....	100
2.3.1. As leis expressamente interpretativas e o princípio da irretroatividade no direito tributário .....	103
2.3.2. Retroação da norma tributária mais benéfica ao sujeito passivo .....	107
3. A justiça via Sistema Tributário Nacional: princípios da isonomia, capacidade contributiva e não confisco .....	108
3.1. O princípio da isonomia em matéria tributária .....	109
3.1.1. Isonomia entre os entes da Federação: a proibição das isenções heterônomas, o princípio da uniformidade geográfica e temas correlatos .....	111
3.1.1.1. Isenções heterônomas .....	111
3.1.1.2. Uniformidade geográfica .....	115
3.1.1.3. Outras hipóteses: artigo 151, II, e artigo 152, da Constituição .....	116
3.1.2. Isonomia do ponto de vista dos contribuintes: não discriminação e tratamento tributário favorecido .....	117

3.1.2.1. Comando geral da isonomia: artigo 150, inciso II, da Constituição .....	117
3.1.2.2. Tratamento tributário favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos atos cooperativos .....	118
3.1.2.3. Isonomia tributária e as conexões com a desigualdade de gênero e raça .....	121
3.1.2.3.1. Linhas gerais do debate .....	121
3.1.2.3.2. Reforma tributária e as desigualdades de gênero e raça: avanços e retrocessos na realização do princípio da isonomia .....	134
3.2. O princípio da capacidade contributiva .....	144
3.2.1. Técnicas de tributação e a realização da capacidade contributiva .....	149
3.2.1.1. Capacidade econômica <i>versus</i> capacidade contributiva .....	150
3.2.1.2. Extensão do princípio da capacidade contributiva: apenas impostos ou todos os tributos? .....	154
3.2.1.3. Limitações possíveis à capacidade contributiva: progressividade de alíquotas nos impostos reais .....	157
3.3. Instrumentos para a aferição da capacidade econômica: identificação do patrimônio, rendimentos e atividades econômicas do contribuinte .....	161
3.4. Princípio do não confisco .....	163
Esquemas – Princípios Constitucionais Tributários .....	167
1. Princípio da legalidade .....	167
2. Princípio da anterioridade geral .....	168
3. Princípio da anterioridade nonagesimal .....	168
4. Princípio da irretroatividade .....	169
5. Princípio da isonomia .....	170
6. Princípio da capacidade contributiva .....	171
7. Princípio do não confisco .....	171

<b>Capítulo 3. Competência tributária: distribuição do poder de tributar e imunidades.....</b>	<b>172</b>
1. Delimitação negativa da competência tributária: imunidades....	175
1.1. Imunidades: delineamentos de uma concepção .....	175
1.2. Imunidades aplicáveis aos impostos: artigo 150, inciso VI, da Constituição.....	178
1.2.1. Imunidade recíproca .....	179
1.2.1.1. Extensão material da imunidade recíproca ....	180
1.2.1.2. Extensão subjetiva da imunidade recíproca ...	182
1.2.2. Imunidade dos templos de qualquer culto.....	187
1.2.3. Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores, entidades de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.....	191
1.2.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão .....	197
1.3. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais ...	201
1.4. Outras hipóteses de imunidades .....	202
2. Delimitação positiva da competência tributária: Poder de tributar .....	204
2.1. Competência tributária positiva, capacidade tributária ativa e competência legislativa .....	204
2.1.1. Competência tributária positiva.....	204
2.1.2. Capacidade tributária ativa.....	212
2.1.3. Competência legislativa.....	213
2.2. A repartição da competência tributária e as modalidades de competência .....	215
2.3. Competência tributária, conceitos de direito privado e interpretação .....	219
2.4. Notas finais: competência tributária e justiça distributiva .....	224
Esquemas – Competência Tributária.....	225
1. Imunidades.....	226
1.1. Imunidade recíproca .....	226
1.2. Imunidade dos templos .....	227

1.3. Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores e das entidades de educação e de assistência social sem fins lucrativos.....	227
1.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão .....	228
1.5. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais .....	228
2. Poder de tributar.....	229

#### **Capítulo 4. O papel da lei complementar no direito tributário e as fontes do direito tributário..... 232**

1. Lei complementar em matéria tributária .....	233
1.1. Papel da lei complementar: artigo 146 da Constituição.....	233
1.2. Normas gerais de direito tributário como reflexo do anseio pela codificação.....	236
1.3. Normas gerais em matéria tributária, leis complementares e o debate sobre a hierarquia .....	239
1.4. Ausência de normas gerais e o exercício da competência tributária.....	243
2. Fontes do direito tributário.....	245
2.1. Fontes formais e fontes materiais .....	246
2.2. Instrumentos primários de introdução de normas jurídicas ...	247
2.3. Instrumentos secundários de introdução de normas jurídicas.....	252
2.4. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional .....	252
Esquemas – Fontes do Direito.....	254

## **PARTE II**

### **O DIREITO TRIBUTÁRIO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL**

#### **Capítulo 5. Código Tributário Nacional, conceito de tributo e espécies tributárias..... 256**

1. Notas introdutórias: papel e origens do Código Tributário Nacional.....	257
2. Conceito de tributo e espécies tributárias: incursões históricas....	259
3. O conceito de tributo segundo o artigo 3º do Código Tributário Nacional .....	262

3.1. Tributo é dever patrimonial exigido de forma impositiva e mediante lei.....	264
3.2. Tributo não pode ser sanção por ato ilícito .....	264
3.3. Tributo deve ser cobrado por atividade administrativa plenamente vinculada .....	268
4. As espécies tributárias .....	269
4.1. Quantas espécies tributárias há? .....	270
4.2. Análise do artigo 4º, inciso II do CTN e a relevância da destinação.....	274
4.2.1. Destinação como especificação da finalidade ou destinação normativa.....	276
4.2.2. Destinação financeira e Destinação fática.....	279
4.2.3. Conclusões preliminares: interpretação possível do artigo 4º, inciso II do CTN .....	281
4.3. Destinação como critério relevante: quatro espécies tributárias no texto constitucional.....	283
5. Espécies tributárias: detalhamento .....	283
5.1. Impostos.....	283
5.2. Taxas.....	286
5.2.1. Taxa pela utilização, efetiva ou potencial, de serviço público .....	287
5.2.1.1. Taxa do lixo: debates e controvérsias.....	289
5.2.1.2. Taxas de serviço público e preços públicos... ..	291
5.2.2. Taxas de polícia .....	294
5.3. Empréstimos compulsórios .....	296
5.4. Contribuições .....	298
5.4.1. Contribuições de melhoria .....	299
5.4.2. Contribuições gerais .....	301
5.4.2.1. Contribuições da União: sociais, de intervenção no domínio econômico e no interesse de categorias profissionais e econômicas .....	303
5.4.2.2. Contribuições dos estados, Distrito Federal e municípios: financiamento da Previdência e COSIP .....	312
Esquemas – Conceito de tributo e espécies tributárias.....	314

<b>Capítulo 6. Vigência, aplicação e interpretação das normas tributárias.....</b>	<b>316</b>
1. Vigência da legislação tributária .....	317
2. Aplicação da legislação tributária.....	321
3. Interpretação da legislação tributária .....	322
3.1. Interpretação como ato de construção de sentido .....	323
3.2. Interpretação e integração no Código Tributário Nacional: artigos 107 a 112.....	333
3.2.1. Artigo 108 do CTN: integração da legislação tributária .....	334
3.2.1.1. Analogia.....	336
3.2.1.2. Equidade.....	338
3.2.2. Artigos 109 e 110 do CTN: direito privado e direito tributário .....	339
3.2.3. Artigo 111 do CTN: interpretação literal.....	344
3.2.4. Artigo 112 do CTN: <i>in dubio pro reo</i> .....	347
<b>Capítulo 7. A relação jurídica tributária: aspectos gerais .....</b>	<b>352</b>
1. O objeto da relação jurídica tributária: a obrigação tributária no CTN.....	354
2. A regra-matriz de incidência tributária: instrumento de análise das normas tributárias .....	358
3. Formalização do fato jurídico tributário em linguagem competente e a constituição da relação jurídica tributária .....	363
<b>Capítulo 8. Antecedente da regra-matriz de incidência tributária: o fato jurídico tributário .....</b>	<b>366</b>
1. Critério material no CTN: o fato gerador da obrigação tributária ...	368
2. Momento da ocorrência do fato gerador: o critério temporal no CTN.....	371
<b>Capítulo 9. Consequente da regra-matriz de incidência tributária: a relação jurídica tributária .....</b>	<b>380</b>
1. Critério pessoal da regra-matriz de incidência tributária: sujeição passiva e sujeição ativa .....	382
1.1. Sujeito ativo da relação jurídica tributária.....	382

1.2. Sujeito passivo da relação jurídica tributária.....	384
1.2.1. Sujeito passivo da obrigação tributária acessória .....	384
1.2.2. Sujeito passivo da obrigação tributária principal.....	385
1.2.2.1. Aspectos gerais: arts. 123 a 127 do CTN .....	386
1.2.2.2. Responsabilidade tributária.....	391
1.2.2.2.1. Definição de responsável tributário: artigo 128, CTN .....	391
1.2.2.2.2. Modalidades de responsabilidade tributária no CTN.....	397
1.2.2.2.2.1. Responsabilidade de sucessores .....	399
1.2.2.2.2.1.1. Responsabilidade pela aquisição de imóveis: artigo 130, CTN.....	399
1.2.2.2.2.1.2. Responsabilidade pela aquisição de bens e na sucessão hereditária: artigo 131, CTN ....	401
1.2.2.2.2.1.3. Responsabilidade na prática de operações societárias e aquisição de estabelecimentos e/ou fundo de comércio: artigos 132 e 133, CTN.....	402
1.2.2.2.2.2. Responsabilidade de terceiros.....	408
1.2.2.2.2.2.1. Responsabilidade de terceiros por culpa: artigo 134, CTN.....	408
1.2.2.2.2.2.2. Responsabilidade de terceiros por ato ilícito, fraude e dolo: artigo 135, CTN.....	411
1.2.2.2.2.2.3. Responsabilidade de sócios por débitos de pessoas jurídicas: entre o artigo 134 e o artigo 135, CTN .....	412
1.2.2.2.2.2.4. O Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica e a responsabilidade tributária de sócios .....	422



1.2.2.2.2.3.	Responsabilidade por infrações.....	426
1.2.2.2.2.3.1.	Responsabilidade subjetiva e pessoal: artigos 136 e 137, CTN.....	427
1.2.2.2.2.3.2.	Denúncia espontânea da infração: artigo 138, CTN .....	432
1.2.2.2.2.3.2.1.	Denúncia espontânea e as obrigações acessórias.....	434
1.2.2.2.2.3.2.2.	Denúncia espontânea e as obrigações principais: a figura do parcelamento e os tributos lançados por homologação .....	435
2.	Critério quantitativo da regra-matriz de incidência tributária: base de cálculo e alíquota .....	442
	Esquemas – Sujeição passiva no direito tributário .....	444
1.	Responsabilidade de sucessores.....	445
2.	Responsabilidade de terceiros .....	447
3.	Responsabilidade por infrações .....	449
	<b>Capítulo 10. Constituição da relação jurídica tributária .....</b>	<b>450</b>
1.	Surgimento da relação jurídica tributária: declaração do fato jurídico tributário em linguagem competente .....	452
2.	Crédito tributário e lançamento: definição e disciplina no Código Tributário Nacional.....	453
2.1.	Crédito tributário: disposições gerais.....	454
2.2.	Crédito tributário: constituição .....	455
2.2.1.	Definição e aspectos gerais do lançamento tributário	456
2.2.1.1.	Definição de lançamento tributário: artigo 142, CTN .....	456
2.2.1.2.	Regras para a realização e modificação posterior do lançamento tributário: artigos 143 a 146 e artigo 148 do CTN.....	458
2.2.2.	Modalidades de lançamento tributário .....	462
2.2.2.1.	Lançamento por declaração: artigo 147 do CTN .....	462

2.2.2.2. Lançamento de ofício: artigo 149 do CTN.....	463
2.2.2.3. Lançamento por homologação: artigo 150 do CTN.....	466
2.2.2.3.1. Aspectos gerais.....	466
2.2.2.3.2. Debates em torno do lançamento por homologação.....	468
Esquemas – Constituição da relação jurídica tributária .....	473
1. Modalidades de lançamento .....	474
2. Lançamento por declaração.....	474
3. Lançamento de ofício.....	475
4. Lançamento por homologação .....	476
<b>Capítulo 11. Modificações à relação jurídica tributária: suspensão da exigibilidade, exclusão e extinção .....</b>	<b>478</b>
1. Suspensão da exigibilidade da relação jurídica tributária: artigo 151, CTN .....	480
1.1. Efeitos da suspensão da exigibilidade .....	480
1.2. Suspensão da exigibilidade e os prazos de decadência e prescrição .....	482
1.3. Hipóteses de suspensão da exigibilidade.....	484
1.3.1. Moratória.....	484
1.3.2. Depósito integral.....	487
1.3.3. Reclamações e os recursos administrativos.....	492
1.3.4. Concessão de tutelas provisórias: medidas liminares e tutela antecipada .....	493
1.3.5. Parcelamento .....	494
2. Extinção da relação jurídica tributária: artigo 156, CTN .....	496
2.1. Pagamento e suas modalidades .....	497
2.1.1. Pagamento .....	497
2.1.1.1. Objeto, tempo, lugar e forma do pagamento... ..	497
2.1.1.2. Pagamento indevido e condições para restituição .....	500
2.1.1.2.1. Aspectos gerais.....	500
2.1.1.2.2. Restituição de tributos indiretos .....	501

2.1.1.2.3.    Prazo para a restituição de tributos .....	505
2.1.2. Conversão do depósito em renda .....	512
2.1.3. Pagamento antecipado e a homologação do lançamento .....	512
2.1.4. Consignação em pagamento .....	513
2.1.5. Dação em pagamento de bens imóveis .....	514
2.2. Compensação .....	515
2.3. Transação .....	517
2.4. Remissão .....	521
2.5. Decadência.....	522
2.6. Prescrição .....	527
2.6.1. Constituição da relação jurídica tributária pela via do lançamento: <i>dies a quo</i> da prescrição .....	528
2.6.2. Constituição da relação jurídica tributária pelo sujeito passivo e o <i>dies a quo</i> da prescrição .....	530
2.6.3. Causas de interrupção da prescrição .....	533
2.7. Decisão administrativa irreformável .....	536
2.8. Decisão judicial passada em julgado .....	538
3. Exclusão da relação jurídica tributária .....	539
3.1. Isenção .....	540
3.2. Anistia.....	545
Esquemas – Hipóteses de modificações da relação jurídica tributária .....	547
1. Decadência.....	548
2. Prescrição .....	549
<b>Capítulo 12. Garantias e privilégios do crédito tributário .....</b>	<b>550</b>
1. Garantias do crédito tributário.....	552
2. Privilégios do crédito tributário .....	559
<b>Capítulo 13. Administração tributária: fiscalização e dívida ativa .....</b>	<b>564</b>
1. Fiscalização .....	565
1.1. Objeto, limites e garantias da fiscalização.....	567

1.2. Sigilo fiscal e compartilhamento de informações .....	569
1.3. Ainda os limites do sigilo fiscal .....	576
2. Dívida Ativa .....	578
3. Certidões Negativas .....	582
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>584</b>